

Falha inadmissível

Se há um quesito em que não se admite falha, em se tratando da capital de um país, esse é o da segurança dos órgãos da administração pública. Brasília é hospedeira dos três Poderes da República e do corpo diplomático internacional aqui acreditado. É responsabilidade elementar de seu governo garantir a integridade física dessas instituições e seu pleno funcionamento.

Lamentavelmente, porém, não é o que tem ocorrido. Têm se tornado espantosamente rotineiras as invasões de prédios públicos por grupos de pressão — estudantes, agricultores, sindicalistas —, sem que o Governo do Distrito Federal (GDF), responsável pela segurança da cidade, demonstre presteza e eficácia em coibi-las. Muito ao contrário.

A invasão de anteontem do prédio do Ministério do Planejamento foi, nesse sentido, emblemática. Embora anunciada com ampla antecedência — inclusive com notas em jornais —, não mereceu qualquer providência preventiva por parte das autoridades de segurança da cidade.

À Polícia Militar, cabe zelar pela segurança pública — e ela só compareceu ao local bem depois de consumada a invasão. O argumento do secretário de Imprensa do GDF, Luiz Gonzaga Mota, de que os invasores do prédio eram pessoas ligadas ao partido do presidente da República, o PSDB, não exime as autoridades locais de suas responsabilidades. Invadir prédios públicos ou propriedades privadas constitui flagrante

ilegalidade — seja por parte de militantes políticos, sindicalistas, clérigos ou o que for. Cabe à autoridade pública impedi-lo.

O anúncio do presidente da República de que pretende intervir na PMDF é uma demonstração de perda de confiança na capacidade do governo local de cumprir uma de suas missões fundamentais: prover a segurança dos órgãos públicos que a cidade sedia.

A Constituição (artigo 21, inciso 14) respalda essa iniciativa, que depende ainda de aprovação de lei no Congresso. Ela transfere para o governo federal a autoridade para convocar a Polícia Militar para garantir a segurança da Esplanada dos Ministérios e praça dos Três Poderes. O restante de Brasília continuaria por conta do GDF, que não perde o comando sobre a PM.

O episódio deixa mal o GDF e remete a antiga crítica, que tem sido recorrente na atual administração: a partidarização do processo administrativo. A ligação do PT, partido do governador, a movimentos classistas e sociais, não pode distorcer ou inibir as ações de governo, sobretudo na área da segurança pública.

Nas ocasiões em que esse fundamento elementar foi negligenciado, o governo se deu mal. Basta lembrar, entre outros, o famoso escândalo das marmitas, em que verbas públicas e estabelecimento do Estado foram postos irregularmente a serviço de manifestantes. O erro agora repetiu-se — e justo no quesito segurança.